Estados do Nordeste registram deterioração fiscal, no 4º bimestre de 2026, com exceção do Piauí

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

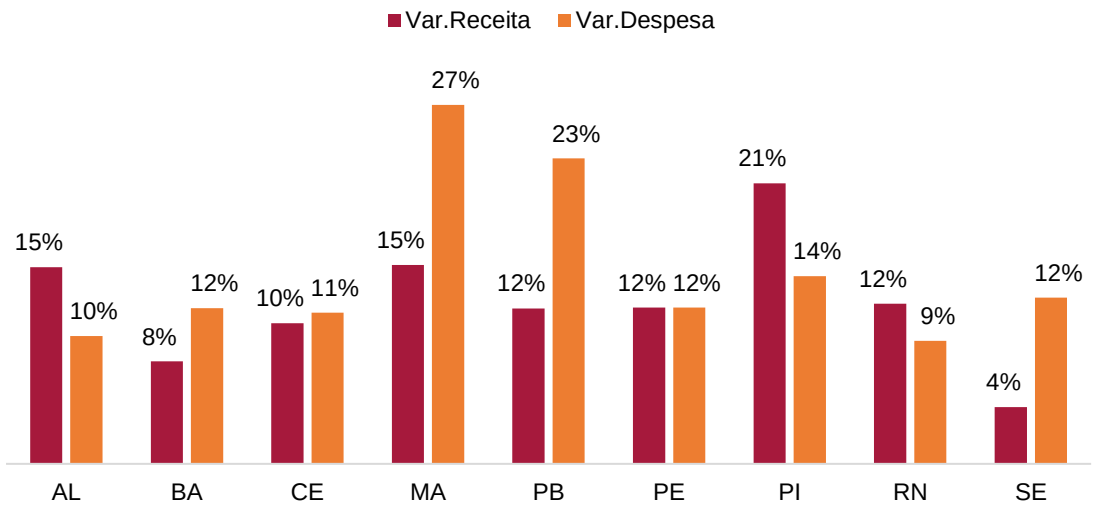
- O Relatório Resumido de Execução Orçamentária-RREO com foco nos Estados, relativo ao quarto bimestre de 2026, traz os dados de desempenho fiscal dos entes subnacionais, extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro-SICONFI, mostrando a execução de suas receitas e despesas no período sob análise.
- Os números desse Relatório mostram que, apesar do crescimento das receitas correntes nos nove estados nordestinos no quarto bimestre de 2026, esse avanço não foi suficiente para impedir a deterioração do resultado primário na maioria deles. Em cinco estados, as despesas cresceram mais que as receitas (Gráfico 1): Maranhão, Paraíba, Sergipe, Bahia e Ceará. Os maiores descompassos ocorreram no Maranhão, onde os gastos aumentaram 27%, contra 15% das receitas, e na Paraíba, com expansões de 23% e 12%, respectivamente. Em Sergipe, o crescimento das despesas (12%) correspondeu a três vezes a variação das receitas, de apenas 4%.
- Esse comportamento sinaliza que a dinâmica fiscal subnacional poderá entrar em uma nova fase, em substituição ao padrão fiscal predominante nos anos pós-pandemia, quando ocorreu uma forte expansão das receitas, inflação elevada, recomposição da atividade econômica e transferências compensatórias da União. Esse novo ciclo se caracteriza por um menor dinamismo fiscal, com desaceleração da arrecadação e crescimento das despesas obrigatórias em ritmo superior à evolução das receitas.
- O indicador de resultado orçamentário sobre receita corrente líquida, que mede a capacidade de investimentos do estado, menor possibilidade de endividamento e maior capacidade de enfrentar restrições fiscais futuras, se deteriorou em todos os estados nordestinos (Gráfico 2), sendo negativo nos estados da Paraíba (-8%), Ceará (-5%), Bahia (-3%) e Sergipe (-2%). Os demais cinco estados registraram um índice positivo, mas em patamares bem abaixo dos registrados no mesmo período do ano passado. O Maranhão registrou a maior queda, passando de superávit de 15% para 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), apesar do crescimento expressivo das receitas. A Paraíba passou de equilíbrio para déficit de 8%, o resultado mais desfavorável de 2026. O Piauí foi a principal exceção: o crescimento das receitas acima das despesas — 21% contra 14% — foi acompanhado pela reversão do déficit primário de 3% para superávit de 1% da RCL. Alagoas e Rio Grande do Norte também tiveram receitas crescendo acima dos gastos correntes, mas seus resultados primários recuaram, respectivamente, de 1% para zero e de 6% para 3%.
- Em termos de composição das despesas públicas estaduais, os dados mostram que os gastos com pessoal foram o principal fator determinante para o crescimento das despesas no quarto bimestre deste ano, absorvendo metade das receitas do estado de Sergipe, bem como parcela expressiva dos orçamentos dos estados da Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Maranhão (Gráfico 3). O Rio Grande do Norte tem se destacado no âmbito regional pelo elevado comprometimento de seu orçamento em despesas com pessoal, chegando a absorver 67% do orçamento do Estado. As despesas com pessoal e encargos sociais têm maior peso no Rio Grande do Norte e na Paraíba, representando, respectivamente, a 67% e 62% das receitas totais. Somadas ao custeio, essas parcelas atingem 83% no primeiro e 89% no segundo, indicando elevada rigidez orçamentária. Na Paraíba, esse quadro ganha relevância diante do crescimento de 23% das despesas correntes, superior ao avanço de 12% das receitas, e do déficit primário de 8% da RCL. No Rio Grande do Norte, embora as despesas tenham crescido

menos que as receitas, o elevado comprometimento com pessoal coincide com a menor participação dos investimentos entre os estados: apenas 5% da receita total.

- Na realidade, os gastos com investimentos são um elemento importante na estrutura de gastos públicos, pois elevam a competitividade da economia local, melhoram o ambiente de negócios, favorecendo a atração de novos segmentos produtivos, aumentando, consequentemente, os investimentos privados, que vão gerar renda e emprego. Mas, apesar de sua importância, o padrão de investimentos no âmbito dos estados nordestinos ainda se mostra pouco significativo, destacando-se, entretanto, no quarto bimestre de 2026, em proporção da receita total, os estados do Maranhão (16%), Piauí (15%), Ceará (11%) e Paraíba (10%).
- A análise sobre a categoria de despesas por funções, revela que, de maneira geral, as despesas direcionadas às áreas mais demandadas pela população, notadamente Educação, Saúde e Segurança Pública, são as de maior peso dentre os gastos orçamentários dos estados, chegando a atingir na maioria deles um patamar acima de 40%, como foi o caso da Paraíba (47,6%), Bahia (47,2%), Alagoas (46,9%) e Pernambuco (45,9%). Os dois Estados com as menores representatividades desses três itens de despesas nas receitas estaduais foram o Rio Grande do Norte (38,3%) e o Piauí (34,6%).
- Os estados do Maranhão e Paraíba se destacaram pelos maiores percentuais de destinação de recursos para Educação no quarto bimestre de 2026, com percentuais de, respectivamente, 20% e 18% *Gráfico 4). Na Saúde, Pernambuco (21,5%) e Bahia (19,7%) foram os destaques, enquanto na área de Segurança Pública, Alagoas (14,4%) e Ceará (12,9%) foram os estados que alocaram os maiores percentuais para essa área nos meses de julho e agosto deste ano.

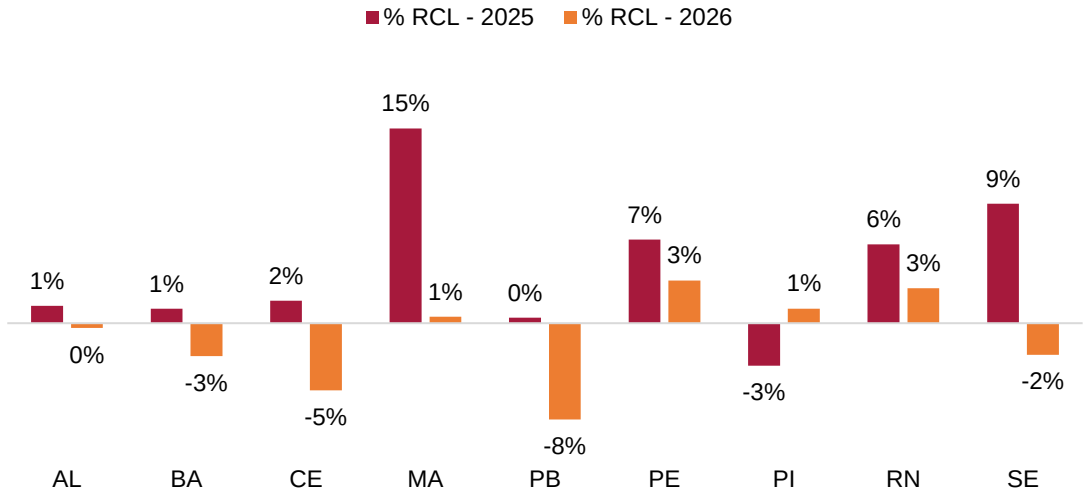
Comentário: Os dados do Tesouro Nacional reforçam a percepção de que o ciclo eleitoral tem impulsionado os gastos públicos subnacionais, corroendo o resultado primário dos Estados. Por outro lado, as expectativas são de que os estados experimentem, em médio prazo, um novo contexto de gestão de suas finanças, com redução da margem fiscal, decorrente da desaceleração da arrecadação e da expansão das despesas obrigatórias em ritmo superior ao crescimento das receitas. Os dados mostram que os gastos dos estados nordestinos apresentam forte concentração em pessoal e custeio, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, enquanto a parcela da receita destinada aos investimentos mostra uma dinâmica diferenciada entre os entes regionais, sendo mais expressiva nos estados do Maranhão e Piauí. A sustentação desses investimentos dependerá da capacidade de compatibilizar o crescimento das despesas permanentes com a evolução das receitas e a preservação do equilíbrio fiscal.

Gráfico 1: Variação das Receitas e Despesas Orçamentárias dos Estados Nordestinos – 4º bimestre de 2026/2025



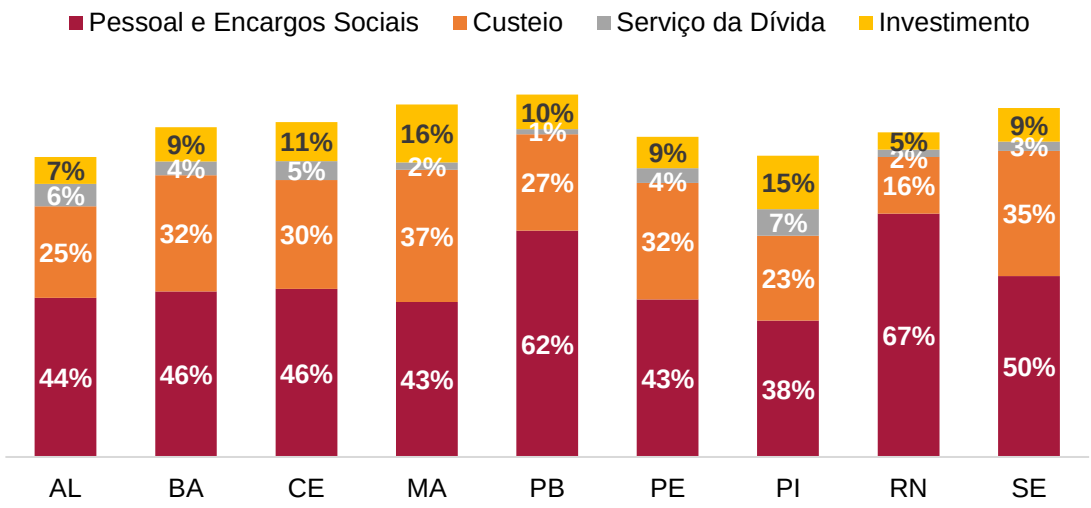
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Gráfico 2: Desempenho Orçamentário dos Estados Nordestinos – Resultado Primário como proporção da Receita Corrente Líquida – julho-agosto/2026-2025



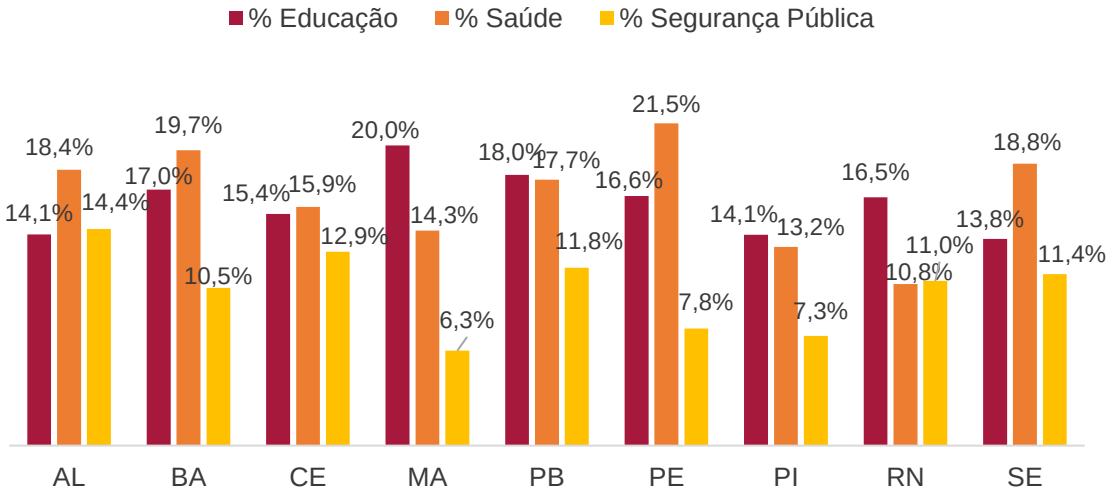
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Gráfico 3 - Composição das despesas em relação à Receita Total – 4º Bimestre de 2026 (%)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Gráfico 4: Despesas por Função Orçamentária dos Estados Nordestinos – 4º Bimestre-2026



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Biagio de Oliveira Mendes Junior, Kamilla Ribas Soares, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alexsandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.